

PERSPECTIVAS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA ENFERMAGEM: DESAFIOS À PRÁTICA DOCENTE PARA A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

PERSPECTIVES OF INCLUSIVE EDUCATION IN NURSING: CHALLENGES TO TEACHING PRACTICE FOR PROFESSIONAL EDUCATION

Jaqueline do Espírito Santo Costa 1

Alderise Pereira Quixabeira 2

Ruhena Kelber Abrão 3

Lisiane Costa Claro 4

Resumo :A educação inclusiva intenciona dar iguais oportunidades de aprendizado aos alunos com necessidades educativas especiais, visa atender a todos considerando suas especificidades e diferenças, identificando individualmente suas necessidades, bem como adaptando o necessário para os alunos desenvolverem todas as suas potencialidades. Objetiva-se analisar publicações científicas que abordem ações inclusivas nas dinâmicas pedagógicas na área de enfermagem entre os anos de 2006 e 2019, buscando identificar desafios e possíveis contribuições à prática docente no contexto da educação profissional dessa área. Trata-se de um estudo de abordagem qualitativa por meio de uma revisão bibliográfica do tipo narrativa pautada na busca nas bases de dados Scielo e Google acadêmico. Como principais achados evidenciou-se o despreparo por parte das instituições para atender pessoas com necessidades educativas especiais, apresentando inadequação tanto de recursos materiais quanto humanos. Identificou-se a perspectiva restritiva de gestores que citam apenas mudanças arquitetônicas como solução no atendimento de indivíduos com deficiências. Concluiu-se que a literatura científica é escassa além de incipientemente. As discussões encontradas são genéricas, sem proposições de propostas de intervenções para melhoria.

Palavras-chave: Inclusão; Ensino Técnico; Enfermagem..

Abstract :Inclusive education aims to provide equal learning opportunities to students with special educational needs, aims to meet everyone considering their specificities and differences, individually identifying their needs, as well as adapting what is necessary for students to develop all their potential. The objective is to analyze scientific publications that address inclusive actions in pedagogical dynamics in the nursing area between the years 2006 and 2019, seeking to identify challenges and possible contributions to teaching practice in the context of professional education in this area. It is a study of qualitative approach through a bibliographic review of the narrative type guided by the search in the Scielo and Google academic databases. As main findings, it was evident that institutions were unprepared to serve people with special educational needs, with inadequate material and human resources. The restrictive perspective of managers who cite only architectural changes was identified as a solution in the care of individuals with disabilities. It was concluded that the scientific literature is scarce as well as incipient. The discussions found are generic, without proposing proposals for interventions for improvement.

Keywords: Inclusion; Technical Education; Nursing.

1- Enfermeira, Doutora em Ciências da Saúde (FURG) Universidade Federal do Rio Grande. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9577068537303599>, ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6528-8736>. E-mail: Jaqueline.costa@live.com

2- Pedagoga, Mestra em Ensino em Ciências e Saúde (UFT), Universidade Federal do Tocantins.. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5051493710435566>, ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7465-2587>. E-mail: alderisep@hotmail.com

3- Pedagogo, Doutor em Educação em Ciências, Química da Vida e Saúde (UFRGS), Universidade Federal do Tocantins. <http://lattes.cnpq.br/5372413745002335>, ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5280-6263>. E-mail: kelberabrao@uft.edu.br

4- Pedagoga, Doutora em Educação Ambiental (FURG), Universidade Federal do Tocantins. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1725240024764116>, ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-3113-1380>. E-mail: lisiane.claro@uft.edu.br

Introdução

A educação é um direito de todos e dever do estado e da família. Essa é a concepção vigente de acordo com a constituição brasileira, artigo 205 (BRASIL, 1988). Adentrar em uma universidade é um sonho para muitos estudantes, por todas as expectativas de oportunidades em nível profissional que um curso superior pode proporcionar. No entanto, tal situação, em tempos anteriores, parecia distante para uma categoria específica de alunos: àqueles com algum tipo de necessidade educacional especial, deficiências de qualquer natureza (FARO & MANCUSSI 2013). Consideramos que no contexto da educação profissional, no ensino técnico em Enfermagem, esse também é um desafio recorrente.

Incluir as pessoas com deficiência é pensar dentro da perspectiva de oferecer condições de atendimento sem distinção (FARO & MANCUSSI, 2013). No ensino técnico, compreende-se a importância disponibilizar oportunidades de acesso ao conhecimento profissionalizante sem exclusões relacionadas à quaisquer tipos de impedimento psíquico e/ou físico.

A pertinência do tema abordado emerge da necessidade de se avaliar as dificuldades inerentes às adaptações para contribuir com o aluno com necessidades educativas especiais, que será necessário adaptar o espaço físico, organizar os espaços arquitetônicos bem como, por vezes, realizar alterações curriculares. Tais mudanças necessitam mobilização e nem sempre são bem vistas quando a equipe escolar (gestores, professores e funcionários) não possui o preparo adequado ou demonstram algum tipo de ideia pré-concebida e estigmatizante (SCHILLING F & MIYASHIRO G.S, 2008). Compreende-se também que lacunas formativas tanto na formação inicial quanto a falta de uma formação continuada para o trabalho com inclusão e diversidade dificultam a efetivação destas nos espaços de ensino (ABRÃO & BRITO, 2019).

Existem cada vez mais ações inclusivas em desenvolvimento, mas será que esses projetos estão abrangendo também os cursos técnicos, como, por exemplo, a Enfermagem? Quais os desafios presentes nesse campo e como eles contribuem para (re)pensar e (re)fazer a prática docente no contexto da educação profissional dessa área?

Com base no exposto, objetiva-se analisar publicações científicas que abordem ações inclusivas nas dinâmicas pedagógicas na área de Enfermagem, buscando identificar desafios e possíveis contribuições à prática docente no contexto da educação profissional dessa área. De forma específica, intenciona-se: verificar quais ações de inclusão de alunos com necessidades educativas especiais podem ser adequadas dentro do contexto do ensino de Enfermagem; conhecer as possíveis limitações existentes nas instituições de ensino que podem impactar no desempenho dos alunos; e identificar estratégias implementadas para qualificar professores para promover a inclusão e levantar o perfil dos alunos com necessidades educativas especiais nos cursos técnicos de Enfermagem.

Metodologia

O estudo teve uma abordagem qualitativa, pois nas pesquisas em educação com essa abordagem qualitativa torna possível uma exploração mais profunda a respeito das informações dos sujeitos de pesquisa. O estudo qualitativo se insere na possibilidade de estudar das relações humanas e suas pluralizações (FLICK, 2009).

Como método de trabalho foi realizado uma revisão bibliográfica do tipo narrativa. A revisão narrativa caracteriza-se por constituir-se essencialmente de uma análise da literatura divulgada à luz e leitura crítica do articulista, sendo apropriada para lidar com determinados temas coerentes ao embasamento teórico (ROTHER, 2007).

Foi realizada uma busca nas bases de dados no *Scientific Electronic Library Online* (SciELO) e *Google* acadêmico utilizando-se de palavras chave relacionadas diretamente a temática e incluídos nos resultados trabalhos publicados nos últimos cinco anos em língua portuguesa.

As palavras utilizadas foram combinadas: educação *and* inclusiva; educação *and* inclusiva *and* enfermagem; inclusão *and* escolar. Foram aplicados filtros selecionando somente documentos em português e com texto completo disponível de forma gratuita, pois

as publicações da temática são poucas, e, nesse sentido, não foi utilizado o filtro de recorte de tempo, para não restringir ainda mais a busca.

Após a aplicação das definições de busca foram encontrados 22 artigos que condiziam com os critérios estipulados. Após leitura dos títulos e resumos foram selecionados 05 trabalhos que se adequavam aos objetivos buscados. Estão apresentados na tabela abaixo:

Quadro 1: Relação dos artigos e autores

Título	Autores	Ano
Educação Inclusiva e Alunos com Transtorno Mental: Um Desafio Interdisciplinar	Antônio Carlos Gonsales Sanches Márcia Aparecida Ferreira de Oliveira	2011
Política de formação inclusiva: percepção de gestores sobre processo de mudanças em Instituições de Ensino Superior	Francilene Jane Rodrigues Pereira, Sérgio Ribeiro dos Santos, Cesar Cavalcanti da Silva.	2011
Caracterização De Professores E Estudantes De Enfermagem Em João Pessoa – Paraíba	Francilene Jane Rodrigues Pereira, Sérgio Ribeiro dos Santos, Cesar Cavalcanti da Silva.	2010
Educação Inclusiva em Enfermagem: análise das necessidades de estudantes	Ana Cristina Mancussi e Faro, Luana de Fátima Gusmai.	2013
Deficiências e educação inclusiva	Marisa Junior Lopes, Ana Crisitna Mancussi e Faro	2006

Fonte: os autores (2019).

Educação inclusiva como desafio à formação profissional em enfermagem

O ensino profissionalizante, em seu contexto de surgimento, foi criado para suprir demandas de cunho econômico. Inicialmente o ensino propedêutico daria lugar a essa modalidade, formando recursos humanos para compor as carências de mão de obra evidenciadas na sociedade (ASSIS; NETA, 2015). Dessa forma pode-se analisar que nos momentos de implementação a inclusão não possuía grande destaque (SANCHES & OLIVEIRA, 2011).

Conceituar educação inclusiva pode ser controverso a depender da corrente epistemológica adotada. Por outro lado, é de entendimento da maioria dos autores que a inclusão educacional esta para além do atendimento ao aluno deficiente sendo compreendida como um atendimento às diversidades entre todos os estudantes (ABRÃO & BRITO, 2019; AINSCOW, 2005; ASSIS & NETA, 2015).

Pessoas com deficiência podem ser classificadas como as que possuem impedimentos temporários ou definitivos em quaisquer das esferas física, mental, intelectual ou sensorial (ABRÃO & SOUZA, 2012). Entraves tais que interagindo com outros tipos de empecilhos podem obstruir sua plena participação na sociedade (BRASIL, 2008).

A educação inclusiva que visa possibilitar a equidade de oportunidades de aprendizado aos alunos com deficiência, compreende atender a todos sem distinção, identificando individualmente suas necessidades, bem como adaptando aquilo que for necessário para que os alunos possam desenvolver todas as suas potencialidades, reconhecendo em casa sujeito as suas potencialidades, pautando-se nas presenças e não nas ausências como um fator limitante à aprendizagem (QUIXABEIRA et al, 2018; FARO & MANCUSSI 2013).

O foco das discussões a respeito dos processos de inclusão ocorreu a partir da década de 90, com a Declaração Universal dos Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU) e conferência Mundial de Educação Especial sobre Necessidades Educacionais Especiais

(1994), a temática de acesso à educação dentro do sistema regular de ensino foi afirmada (ABRÃO & DUARTE, 2017; MANCUSSI & FARO 2013).

Para tanto, as Instituições de ensino precisam assegurar os direitos individuais e respeitar as diversidades levando em conta, nesse processo, dimensionamentos materiais e de pessoal gerando assim igualdade de oportunidades (ABRÃO & DUARTE, 2017). Mesmo sendo possível observar uma preocupação governamental com os alunos com necessidades educativas especiais saliente pelo aumento do número de políticas públicas e normativas tratando da inclusão educacional na prática diversos desafios são encontrados tanto pelos alunos quanto por professores e gestores (PACHECO; COSTA, 2005).

Refletir partindo desses desafios traz à tona uma problemática comum quando se discute educação inclusiva. Há uma melhoria na perspectiva ideológica, no entanto a mesma não se tem refletido na mesma proporção na esfera real (AINSCOW, 2005; SANCHES & OLIVEIRA, 2011).

Pesquisa realizada com gestores de instituições de Ensino Superior revela o despreparo por parte das instituições para atender pessoas com necessidades educativas especiais, apresentando inadequação tanto de recursos materiais quanto humanos. Considerando a filosofia de acolhimento apregoada pelas universidades todos os sujeitos sejam eles diferenciados por cor, gênero, cultura ou tipos de necessidades devem ser respeitados e integrados (PEREIRA, SANTOS & SILVA, 2010).

A realidade vivenciada também dialoga com as conclusões desse autor e essa mesma situação pode ser evidenciada nas escolas de nível médio e técnico, os recursos humanos não são vistos como alvo de investimentos e da mesma forma os recursos financeiros são escassos e direcionados para outras questões tidas como “mais relevantes”.

Esse mesmo estudo supracitado aborda, também, a ideologia erroneamente tida como perspectiva inclusiva por parte desses gestores, que citam apenas mudanças estruturais arquitetônicas como construção de rampas ou implantação de corrimões como solução no atendimento de indivíduos com necessidades educativas especiais (PEREIRA; SANTOS; SILVA, 2011).

Fechar os olhos para o amplo contexto que envolve a formação de sujeitos em sua diversidade é esquecer que do mesmo jeito que são necessárias alterações ambientais as alterações metodológicas e as concepções político-institucionais também precisam ser revistas e adequadas. Infelizmente as conclusões gerais nas instituições de ensino são de que os discursos políticos não estão alinhados com as ações institucionais (PEREIRA; SANTOS; SILVA, 2011).

Também é discutida a relevância de ter conhecimento do perfil dos alunos do curso de ensino superior em enfermagem em João Pessoa, na Paraíba, e encontraram os seguintes dados: 24% dos professores e 18,6% dos estudantes referiram possuir necessidade especial. Já com relação à caracterização de tais necessidades seis professores e 46 estudantes revelaram possuir deficiência visual parcial. Ainda, dois estudantes possuíam necessidade especial física e um, auditiva de um universo de 289 participantes. Em uma visão numérica e impessoal a quantidade de pessoas parece pouco significativa, todavia tais sujeitos se fizeram presentes e suas peculiaridades devem ser consideradas (PEREIRA; SANTOS; SILVA, 2011).

Logo, neste artigo é citado o panorama de identificação de um curso de Ensino Superior e a partir de tais dados identifica-se que as pessoas com deficiência são minoria. Na sociedade em geral, as pessoas com deficiência fazem parte de um grupo minoritário fator este que pode justificar dentro de uma perspectiva positivista e mecanicista a pouca atenção dada pelos gestores para a realização de uma verdadeira educação inclusiva.

Com a crescente pesquisa na área da educação e preocupação também do poder público em tentar reduzir o abismo social existente o pensamento inclusivo é a demonstração da intencionalidade de equidade de direitos e acesso.

A não aceitação das diferenças só reforça o caráter segregacionista das sociedades que se pautam nas relações de dominação e massificam as pessoas como justificativa para desenvolvimento social. É inclusive paradoxal se falar

em desenvolvimento social, político e econômico de uma população desconsiderando que as maiorias populacionais expressam a própria diversidade humana (FERNANDEZ 2014, p. 13).

De acordo com a inferência acima, compreende-se que o trabalho com a inclusão precisa ser diário e não depende de apenas um dos sujeitos e/ou um grupo envolvido no processo de alcance à efetivação da garantia das pessoas com suas deficiências e/ou especificidades educacionais. Contudo, considera-se nesse estudo que a constituição de um ambiente e estruturas inclusivos no campo educativo, perpassa à prática docente.

No contexto da educação profissional em Enfermagem, sequer identificam-se estudos que façam tal relação. Com os estudos analisados, o foco voltado ao ensino da enfermagem no Ensino Superior e sua relação com a inclusão, apresenta alguns subsídios para pensar acerca dos desafios da prática docente em enfermagem no contexto da educação profissional. De forma geral, a dificuldade das instituições de ensino acompanhar as exigências no escopo da base legal interfere no trabalho pelo com e pela a inclusão – a qual, embora ocorra, jamais pode fazer o docente abandonar sua prática pedagógica voltada à inclusão.

Considerações Finais

Considerando a relevância do tema tratado, infelizmente ainda carecemos de estudos entorno do tema voltados a formação técnica, especificamente na Enfermagem. As discussões encontradas são por vezes genéricas e quase todas sem proposições de intervenções didáticas para o trabalho com pessoas com deficiência.

Em um contexto geral, o entendimento de atenção ao aluno com necessidades educativas especiais fica isolado a medidas de modificação do ambiente e estruturas sem ao menos considerar que tais sujeitos possuem diversidades em suas necessidades e que as metodologias pedagógicas e a verdadeira inclusão, e não apenas a “coloca-los na mesma sala de aula”.

As publicações direcionadas à área da Enfermagem foram quase inexistentes nos canais pesquisados, o que pode estar relacionado ao caráter biomédico e tecnicista dessa Ciência que pouco tem avançado para abranger uma humanização de sua assistência para com as pessoas com deficiência.

Com base nos resultados desse trabalho conclui-se que por meio das ausências e fragilidades identificadas nas produções sobre a educação inclusiva em enfermagem é premente investir na construção de conhecimento científico no âmbito pedagógico – necessária para a educação no ensino superior e também profissionalizante.

As pesquisas geram questões a serem suscitadas e por meio dessas indagações e respostas originadas podem ser implementadas novas políticas que propiciem uma inclusão real e não utópica, por vezes tratadas em alguns espaços. Aqui, considera-se que a prática docente precisa estar alinhada às lutas das pessoas com deficiências e/ou especificidades educativas.

Propõe-se repensar a prática docente no contexto da educação profissional, pois alunos conscientes dos seus direitos lutam pelos mesmos. Consideramos que a prática pedagógica do docente no ensino técnico em enfermagem pode e deve promover espaços à educação inclusiva por meio de rodas de discussão, eventos abertos ao público, publicação de trabalhos, promoção de campanhas dentre outras atividades acadêmicas e comunitárias.

Referências

ABRÃO R. K.; SOUZA, A. C. . A inclusão de crianças com necessidades educativas especiais em classes regulares de Educação Infantil. **Ciências & Letras** (Porto Alegre. Online), v. 52, p. 93-107, 2012.

ABRÃO, R. K.; DUARTE, M. M.. O papel da afetividade no processo ensino e aprendizagem da criança com deficiência. **Revista UNIABEU**, v.10, n. 24, janeiro-abril de 2017.

ABRÃO, R. K; BRITO, I. C. A Educação Física Inclusiva no Ambiente Escolar em Centenário-TO. **Multidebates**, v.3, n. 2, p. 96-123, 2019. Disponível em: <http://revista.faculdadeitop.edu.br/index.php/revista/article/view/158/158>. Acesso em: 11 jan. 2021

AINSCOW, M. **El próximo gran reto: la mejora de la escuela inclusiva. Presentación de apertura del Congreso sobre Efectividad y Mejora Escolar; ene.**; Barcelona, 2005. Disponível em: <http://www.altas-capacidades.net/webdocente/Educacion%20inclusiva/mejora_escuela_inclusiva.pdf>, acesso em 05 Nov. 2018.

ASSIS, S. M.; NETA, O.M.M. Educação Profissional no Brasil (1960-2010): Uma História Entre Avanços e Recuos. **Tópicos Educacionais**, Recife, v.21, n.2, jul/dez. 2015.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. **Política Nacional de Saúde da Pessoa Portadora de Deficiência. Secretaria de Atenção à Saúde** – Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2008.

BRASIL, LDB. Lei 9394/96 – **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Disponível em < www.planalto.gov.br > Acesso em: 2 Nov. 2018.

FARO, A. C. M.; GUSMAI, L. de F. Educação inclusiva em enfermagem: análise das necessidades de estudantes. **Rev. esc. enferm.** USP [online]. 2013, vol.47, n.1, pp.229-234.

FERNANDES, A. C. L. **Educando para a Diversidade: A Formação Do Enfermeiro Com Vistas à Educação Inclusiva**. 2014. 120 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Saúde e Sociedade, Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Mossoró, 2014.

PACHECO R. V, COSTA F. A. T. O processo de inclusão de acadêmicos com necessidades educacionais especiais na Universidade Federal de Santa Maria. **Rev Educ Especial** [Internet] 2005; vol 27. Disponível em:< <http://coralx.ufsm.br/revce/ceesp/2006/01/a12.htm>>, acesso em 20 Ago. 2018.

PEREIRA, F. J. R.; SANTOS, S. R. dos; SILVA, C. C. Caracterização de professores e estudantes de enfermagem em João Pessoa – Paraíba. **Cogitare Enfermagem**, [s.l.], v. 15, n. 3, p.486-491, 30 set. 2010. Universidade Federal do Parana. <http://dx.doi.org/10.5380/ce.v15i3.18892>.

PEREIRA, F. J. R.; SANTOS, S. R.; SILVA, C. C. Política de formação inclusiva: percepção de gestores sobre processo de mudanças em Instituições de Ensino Superior. **Revista Brasileira de Enfermagem**, [s.l.], v. 64, n. 4, p.711-716, ago. 2011. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0034-71672011000400013>.

QUIXABEIRA, A. ; TEIXEIRA, D. B. ; FERNANDES, L. C. ; ABRÃO R. K. . A inclusão de Crianças com Deficiência Física na Educação Física Escolar. **Multidebates**, v. 2, p. 270-281, 2018.

ROTHER, E. T. Revisão sistemática X revisão narrativa. **Acta paul. enferm.**, São Paulo , v. 20, n. 2, p. v-vi, Junho 2007.

SCHILLING, F; MIYASHIRO, S. G. Como incluir? O debate sobre o preconceito e o estigma na atualidade. **Educ. Pesqui.**, São Paulo , v. 34, n. 2, p. 243-254, Agosto. 2008

Recebido em 31 de dezembro de 2020.
Aceito em 2 de fevereiro de 2021